



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

COMISSÃO ESPECIAL DE VETO
PARECER À PROPOSIÇÃO DE LEI N. 54, de 2021
VETO AO PROJETO DE LEI N. 83 de 2021
VOTO DA RELATORA VEREADORA PROFESSORA MARLI

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n. 83/2021, de autoria do vereador José Ferreira, que *“Dá nova redação aos arts. 322 e 323 da Lei n. 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”* e altera o prazo legal para interposição de recursos administrativos às autuações da prefeitura, de 15 para 60 dias.

Apreciado pela Comissão de Legislação e Justiça, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação, com declaração de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. Appreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação. Appreciado pela Comissão de Administração Pública, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação. Appreciado pela Comissão de Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, o projeto recebeu parecer pela sua aprovação.

Aos 05 de julho de 2021, o projeto foi aprovado pelo plenário da Câmara Municipal, em 1º turno. No segundo turno, o referido PL foi emendado, alterando o prazo do texto original de 60 para 45 dias, formato este no qual foi aprovado, novamente, em todas as comissões supramencionadas e, em sequência, pelo plenário da Câmara Municipal.

Remetido para sanção do executivo, o prefeito de Belo Horizonte vetou o projeto integralmente, por entender que o projeto contraria o interesse público.

É o breve relatório, sobre o qual passo a opinar.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA. 14/02/2022
HORA. 14:47:24



II – FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 126, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, compete a esta Comissão Especial a emissão de parecer sobre os motivos apresentados pelo executivo ao vetar proposição legislativa aprovada nesta casa, razão pela qual dá-se, regimentalmente, o presente parecer, sob os fundamentos que seguem.

A proposta aprovada pelo legislativo se presta a dilatar o prazo legal para apresentação de recurso administrativo em autuações relacionadas ao Código de Postura da cidade, de 15 para 45 dias.

Ao optar pelo veto da proposição, o prefeito de Belo Horizonte aduz, essencialmente, a "ausência de interesse público", nos termos do art. 92, II da Lei Orgânica, justificada em razão: a) do prazo de 15 dias ser referência no município; b) da iminência de uma "incoerência na legislação"; c) da possibilidade de redundância nas autuações em face do novo prazo; e d) da possibilidade de se alegar nulidade superveniente, após o trâmite administrativo, mesmo em caso de intempestividade recursal.

Primeiramente, no que tange à razão central do veto, cabe esclarecer que "interesse público" não se confunde – e nem pode ser confundido – com "interesse do gestor público". O princípio da supremacia do interesse público, segundo as lições de Hely Lopes Meirelles e Maria Sylva Di Pietro, é o princípio por meio do qual legitima-se a tomada de decisões de Estado, capazes de desfavorecer o sujeito particular ou o interesse individual, em prol de um benefício coletivo e social, mais importante, que precisa ser priorizado¹². Portanto, a justificativa pela falta de

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 95

² DI PIETRO, Maria Sylva Zanella. O princípio da Supremacia do Interesse Público: Sobrevivência diante dos ideais do Neoliberalismo. In: PIETRO, Maria Sylva Zanella di; RIBEIRO, Carlos Vinicius Alves (coords.). Supremacia do interesse público e outros temas relevantes do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010, p. 95-97.



interesse público precisa estar relacionada com uma questão de interesse coletivo, cujo protagonismo seja de um bem social e de um bem para a coletividade, claro e justificado – jamais um mero interesse de Estado.

Nesse sentido, Marçal Justen Filho atenta para o fato de que o conceito de interesse público, justamente por possuir um caráter e um sentido maleáveis na doutrina, favorece para que o princípio seja utilizado apenas como um escudo para meras arbitrariedades da administração. Nesse mesmo sentido, o autor destaca a importância de não se confundir, sob hipótese alguma, o interesse público – da sociedade –, com o interesse centralizado do aparato administrativo ou com o interesse pontual de agentes públicos³. O que se observa na fundamentação do veto aqui em análise.

Conforme se observa, nas razões que acompanham o veto à Proposição de Lei n. 54, de 2021, todos os argumentos apresentados pela prefeitura para rejeitar o projeto advogam, estritamente, em favor do conforto burocrático da administração, sem nenhum aparte, justificativa ou menção à valor que adira a um interesse coletivo ou social.

A “padronização do prazo de 15 dias como referência” não é um argumento oponível contra a pretensão legislativa da Câmara. A adoção dessa “referência” apenas desenha um *status quo ante* adotado pela PBH que, conforme indicado por todas as comissões – de mérito e de forma – desta casa, é absolutamente passível de revisão legislativa. Hoje, o prazo do Código de Posturas foi alterado, amanhã, obedecidas as competências da Câmara Municipal, poderá ser qualquer outro. Nesse passo, a simples adoção de uma convenção pelo gestor público não tem a capacidade de ser tratada como justificativa de interesse público.

A possibilidade de “incoerência na legislação”, assim como apontado no ponto anterior, não se traduz como problema para a sociedade mas, tão somente, para a gestão de prazos da prefeitura. Paralelamente, a referida “incoerência” não tem o

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 36-39



potencial de se converter em um defeito sistemático da lei, uma vez que essa matéria foi expressamente refutada nos pareceres dados pela Comissão de Legislação e Justiça. Não existe, legalmente, obrigatoriedade de uniformização dos prazos administrativos, tratando-se esse ponto, também, de uma simples convenção discricionária do executivo, que defende, tão somente, uma vontade do gestor público em uniformizar todos os prazos. Nesse passo, a simples adoção de uma convenção pelo gestor público não tem a capacidade de ser tratada como justificativa de interesse público.

A possibilidade de redundância nas autuações durante o prazo recursal estendido, também não representa argumento de interesse coletivo, mas tão somente de interesse administrativo. O fato da não suspensão das autuações durante o prazo recursal possibilitar que uma mesma infração seja autuada mais de uma vez durante o trâmite administrativo não muda o fato de que as autuações redundantes possam ser processadas em conexão, dado que compartilham fatos geradores idênticos. As falhas de logística da prefeitura ao tratar de autuações repetidas não é argumento que se relaciona à um interesse social ou coletivo. Nesse passo, a simples adoção de uma metodologia pelo gestor público não tem a capacidade de ser tratada como justificativa de interesse público.

Por fim, a possibilidade de revisão posterior de autuação indevida, por questões de nulidade, mesmo em casos intempestivos, definitivamente não pode ser tomada como fundamento para afastar a pertinência do projeto vetado. Nesse caso, em especial, o argumento vai de encontro à outros princípios da administração pública, uma vez que está justificando a rejeição de uma ferramenta para melhorar o processo administrativo, no começo – dilação de prazo –, em razão da existência de uma via recursal colateral que pode ser buscada pelo cidadão, após o processo administrativo terminar defeituoso.

De um lado, existe o interesse coletivo da população, confirmado pela Câmara Municipal, de possuir um prazo legal mais justo e humano para discutir seus



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

direitos, conseguir amparo, se informar e buscar respaldo para se defender da administração pública, quando autuado. Do outro, está o interesse discricionário do gestor em simplesmente manter convenções de prazo e de formas de processamento interno. Não existe interesse público a ser garantido nas razões do veto e tampouco existe argumento capaz de afastar o interesse público no projeto aprovado.

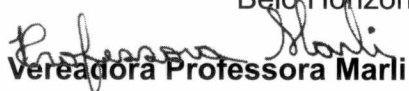
Pode não ter sido incluída na apreciação da prefeitura, mas boa parte da população têm dificuldades para exercer seus direitos de forma plena. O recurso administrativo, em especial, por mais que a prefeitura advogue por sua “baixa complexidade”, não raras vezes está completamente fora do leque de conhecimentos do cidadão médio. A prefeitura traz as estatísticas dos recursos intempestivos, mas não apresenta o número de autuações que são processadas à revelia, justamente em razão das dificuldades inerentes do acesso à justiça..

A administração pública precisa ser exercida em coerência com o princípio da eficiência e a proposição vetada tem o condão de melhorar a qualidade dos processos administrativos na origem, justamente para tentar evitar burocracias colaterais e preservar o cidadão de ser refém em um processo extremamente desgastante para quem está buscando se defender de uma eventual injustiça do poder público. O interesse local da proposição é inquestionável e sua promulgação não gera nenhum tipo de ônus ou prejuízo para o Executivo.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluo pela rejeição do veto total à Proposição de Lei n. 54 de 2021, originária do Projeto de Lei n. 83 de 2021.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2022.


Vereadora Professora Marli

Relatora